

# TRANSLAÇÃO: UM CONCEITO DIDATICAMENTE PRODUTIVO PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Marcos Gustavo Richter**  
**Roque Amadeu Kreutz**  
Universidade Federal de Santa Maria

## REPENSANDO O CONCEITO DE TRANSLAÇÃO

A translação é um dos conceitos fundamentais da sintaxe translativa de Tesnière, elaborada entre 1934 e 1950.

Para situar epistemologicamente esse autor no quadro do estruturalismo, apelemos para Borba (1979). Em decorrência de suas idéias independentes, bem como de seus objetivos predominantemente voltados para o ensino de línguas e a construção de gramáticas escolares, Tesnière ficou à margem da teoria estruturalista de sua época. Para ele,

*função é o papel que a palavra exerce no mecanismo de expressão do pensamento e estrutura é a disposição hierárquica dos componentes, então, a função é a razão de ser da estrutura. Desse modo, a Sintaxe Estrutural é, ao mesmo tempo, uma Sintaxe Funcional e, como tal, estudará as funções necessárias à vida da frase (Idem, ibidem, p. 105).*

O mesmo autor explicita a translação de Tesnière como uma operação gramatical capaz de mudar a classe de um componente lexical:

*A base teórica da translação está no fato de que qualquer unidade lingüística pode emigrar de urna classe gramatical para outra, através de determinados processos, o que também acarreta mudança de função (1979, p. 105).*

A importância da translação está na sua produtividade na constituição do enunciado. Por um lado, supre as lacunas do léxico, em cujo repertório nem sempre se

encontram itens para cumprir todas as necessidades comunicacionais do enunciador. Segundo Carone (1986, p. 64),

*É um recurso gramatical que permite um crescimento ilimitado das possibilidades de expressão. Em português não temos, por exemplo, um adjetivo para informar sobre a "natureza cebola" de uma sopa.*

Logo, precisamos nos valer do recurso da translação para transformar o substantivo "cebola" em locução adjetiva para dizer: sopa de cebola.

Por outro lado, a translação exerce papel importante na constituição gramatical do enunciado. Na combinação sintagmática ocorrem restrições de classe: o enunciado só é gramatical quando há compatibilidade de classes na conexão e junção das unidades significativas que o constituem. Portanto, se quisermos conectar ou juntar uma unidade significativa de uma classe a uma de outra classe não compatível com a primeira, devemos, primeiramente, realizar a translação adequada de uma dessas unidades.

Pelo exposto, depreende-se que o quadro teórico da translação pressupõe uma noção clara sobre classes gramaticais. Tesnière, fiel a sua concepção semântico-funcional da linguagem, classifica as palavras em "cheias" e "vazias". Segundo Borba (1979, p. 111), as cheias classificam-se em substantivos, adjetivos, verbos e advérbios; e as vazias, em juntivos (conjunções coordenativas) e translativos (preposições e conjunções subordinativas, além de artigos e pronomes relativos incluídos, pelo mesmo autor, na listagem dos translativos em página anterior).

As palavras cheias, através da conexão e da junção, combinam-se para constituírem o enunciado. As palavras vazias, por sua vez, além de poderem exercer outras funções, como a translação, realizam a conexão e a junção, ao lado de outros mecanismos gramaticais.

Os instrumentos gramaticais que operam a translação denominam-se translativos.

*Como entidades mórficas podem pertencer a várias classes paradigmáticas como as conjunções subordinativas, os artigos, os verbos auxiliares, as preposições, os pronomes relativos e os afixos (BORBA, 1979, p. 109-10).*

A translação divide-se em dois tipos: 1º grau e 2º grau. A translação de 1º grau, segundo Carone (1986, p. 66), "atinge substantivos, adjetivos e advérbios, fazendo-os assumir o comportamento um do outro", sendo a do substantivo a mais freqüente. Para indicar a classe de destino do transferendo, bem como a sua classe de emigração, adota-

se, respectivamente, a seguinte nomenclatura: – destino: translação substantiva, adjetiva, adverbial, verbal. – Origem: dessubstantiva, deadjetivo, deadverbial, deverbal.

### **Alguns exemplos de translação de 1º grau:**

- a) translações adjetivas dessubstantivas: Homens **sem esperança**, crianças **com fome**, ranchos **de sucata** são quadros da realidade brasileira;
- b) translações adjetivas deadverbiais: a frio **daqui** é menos rigoroso do que o frio **de lá**;
- c) translação adverbial dessubstantiva: **Em Cuba**, nossos atletas jogaram **com garra, por medalhas de ouro**;
- d) translação substantiva deadjetiva: **Os miseráveis** andavam nos esgotos de Paris; **os prepotentes** refestelavam-se em palácios reais;
- e) translação substantiva deadverbial: Naquele dia, **o nunca** feliz viajou, mas tudo ficou no mesmo, pois voltou **o sempre** triste.

A translação de 2º grau realiza-se com translativos próprios a esse nível, quais sejam, as conjunções subordinativas e os pronomes relativos. Segundo Carone (1986, p. 90), esses translativos operam "*sobre o verbo, que é o transferendo, levando-o a comportar-se como substantivo, adjetivo ou advérbio*". a verbo transladado para uma dessas classes arrasta consigo todos os componentes da oração de que ele é o centro. Assim, conforme a mesma autora (p. 67), "*é a oração inteira que se vê transferida a um valor substantivo, ou adjetivo, ou adverbial*".

Depreende-se desse conceito que, da translação de 2º grau, resultam as orações que a Gramática Tradicional classifica como subordinadas desenvolvidas substantivas, adjetivas e adverbiais. Conseqüentemente, as orações subordinadas reduzidas não seriam resultantes de translação de 2º grau.

Na teoria de translação de Tesnière, também merecem destaque os fenômenos de translação dupla e tripla. Borba (1979, p. 110) nos fornece exemplos ilustrativos desse tipo:

*"Desapareceu aos poucos".*

Num primeiro momento, o translativo o transforma o advérbio pouco em substantivo. Em seguida, o translativo a (preposição) transforma o substantivo obtido (o pouco) em advérbio (aos poucos). Caracteriza-se, assim, uma translação dupla.

*"Na prisão, conheceu Madalena, que fora a principal mandante do crime".*

A primeira operação consiste em transformar o verbo mandar no adjetivo mandante, através do translativo afixo = *nte*. Na segunda operação, ocorre uma translação substantiva deadjetiva, através do translativo artigo a (cujo resultado é mandante). Finalmente, na terceira operação, há uma translação verbal deadjetiva, através do translativo verbo de ligação *fora* (cujo resultado é a transformação mandante em verbo ou, de acordo com a nomenclatura tradicional, em predicativo). Configura-se, assim, uma translação tripla.

Na análise do último exemplo, no que tange à terceira operação, divergimos de Borba (1979, p. 110): enquanto ele a interpreta como “*transformação do nome em adjetivo pelo translativo que*” (proposta pela qual o substantivo deadjetivo retornaria à condição de adjetivo), nós postulamos a transformação do substantivo de adjetivo (a mandante) em verbo, através do translativo verbo de ligação *fora*.

O mesmo exemplo, além de uma translação tripla de 1º grau, é constituído de uma translação de 2º grau. Atuando sobre a oração "(Madalena) fora a principal mandante do crime", transforma-a em adjetivo através do translativo pronome relativo *que*. Dessa forma, a oração transladada fica compatibilizada para combinar-se com o substantivo *Madalena*.

Característica importante da translação é o seu efeito restritivo na mudança de classe: por um lado, enquanto constituinte de uma unidade sintagmática de nível superior, a unidade significativa em questão muda de classe, assumindo as características da classe para a qual foi transladada; por outro, enquanto unidade morfossintática, constituída de unidades de nível inferior, mantém as características de sua classe de origem.

Certos translativos, por sua vez, caracterizam-se por seu sincretismo funcional. As preposições e os afixos-translativos, por exemplo, operam sobre a classe das unidades significativas transferendas, mudando-as para outra classe; além disso, continuam exercendo (simultaneamente) sua função de conectores ou derivadores. Já em outras condições, as mesmas preposições podem limitar-se a realizar a conexão sintática, sem realizarem translação. Graças a essas características das preposições, os sintagmas preposicionados podem ser: substantivos ligados a outros substantivos e substantivos ligados a verbos; substantivos transformados em adjetivos e substantivos transformados em advérbios.

Observe-se, outrossim, que muitos afixos não são translativos. Limitam-se tão somente a sua função derivacional.

Para destacar a produtividade da translação no ensino da língua portuguesa, revisaremos e ampliaremos esse conceito de Tesnière.

Em primeiro lugar, cabe-nos aumentar a extensão das classes dos substantivos, adjetivos e advérbios, estendendo-as para unidades de nível sintático superior ao da palavra. Incluem-se, nessas classes, além das palavras, as construções sintáticas conhecidas com a denominação de sintagma nominal, sintagma adjetivo e sintagma adverbial. Na verdade, a translação pode operar também sobre esse nível de unidades significativas. Constatemos isso através dos exemplos:

*Os lugares remotos constituem intensa curiosidade para homens muito jovens.*

Os sintagmas assinalados (dois sintagmas nominais e um sintagma adjetivo) podem ser objeto de translações tais como: **em lugares remotos** existem coisas exóticas. **Os muito jovens** lêem livros de aventuras **com intensa curiosidade**.

Em segundo lugar, o grupo funcional dos translativos deve ser melhor delimitado. No que tange aos translativos-verbos, por Borba classificados como auxiliares, deve haver uma redução extensional. Já no conjunto dos translativos-artigos, devem ser incluídos outros determinantes. Além disso, há que se considerar a existência de translativos suprasegmentais ou de morfema zero.

Na verdade, nem todos os verbos auxiliares são translativos. De acordo com Carone (1986), esse tipo de translativos limita-se aos verbos de ligação. São eles que podem transformar substantivos, adjetivos e advérbios em verbos (ou "predicativos", segundo a nomenclatura tradicional).

Determinantes que pertençam ao mesmo paradigma sintático dos artigos como os demonstrativos, possessivos, igualmente podem exercer função translativa. Pela sua anteposição a adjetivos, ou advérbios, ou verbos, realizam a translação substantiva (deadjetiva, ou deadverbial, ou deverbal).

Os determinantes-translativos podem, inclusive, atuar sobre subclasses, assim como demonstra o seguinte exemplo:

**Esse alguém** malandro é você.

No caso, o substantivo-pronome *alguém* emigrou de sua classe para a do substantivo-nome.

No que diz respeito aos translativos afixos, devem ser enfatizados dois casos (além dos já citados anteriormente): a nominalização e a emigração do verbo para as formas nominais.

A nominalização, seja por translativo-afixo, seja por translativo suprasegmental, é uma translação substantiva deverbal. Se o verbo emigrante estiver acompanhado de complementos, então devem ocorrer operações sintáticas complementares para manter a conexão entre o verbo transformado (substantivo deverbal) e os respectivos complementos. Estes, por sua vez, mantêm a sua classe de origem. Exemplo:

**Hoje, Paulo vendeu o carro velho**, o que contrariou as expectativas: **A venda do carro velho por Paulo, hoje**, contrariou as expectativas.

A translação substantiva deverbal (vendeu para venda) operou-se por translativo suprasegmental, já que, na derivação regressiva, não há concorrência de afixo. Os complementos *do carro* e *por Paulo*, bem como o adjunto *hoje* não foram alvos de translação; mantiveram-se na mesma classe que tinham antes da transformação. No exemplo, as preposições *de* e *por* funcionam somente como conectores, e não como translativos.

Com base na translação substantiva deverbal, podemos contestar parte da afirmação de Carone (1986, p. 67) sobre a translação de 2º grau: não se trata de translação que apenas atinge o verbo, pois, nesse caso, se confundiria com a nominalização; atinge, isso sim, a oração toda. Assim, a sua denominação será mais adequada se adotarmos a expressão *translação substantiva, ou adjetiva, ou adverbial deorocional*.

A partir do mesmo raciocínio, podemos inferir, provisoriamente, que os translativos-afixos = *do*, = *ndo*, = *r*, referentes às formas nominais ou infinitas do verbo, agem sobre orações, para transformá-las, respectivamente, em adjetivo, advérbio e substantivo. Trata-se, pois, de translações de 2º grau ou deoracionais, que compatibilizam orações para se combinarem com termos de outra oração. A classificação tradicional das orações subordinadas reduzidas não sintoniza, "ipsis litteris", com a presente proposta; por isso mesmo a consideramos provisória, sujeita a futuras revisões.

Constatações como estas (referentes à translação) demonstram que os limites entre os processos morfológicos e sintáticos não são rígidos. Daí a necessidade de tratar os

temas dessas duas disciplinas tradicionais à luz de fundamentos teóricos comuns, reunidos numa mesma disciplina: a Morfossintaxe.

## PROBLEMAS E LIMITAÇÕES DA TRANSLAÇÃO

Diante da constatação de que uma teoria lingüística não deveria situar a sintaxe e a morfologia em compartimentos estanques – nem, se formos mais rigorosos, isolar a semântica – realizaremos, a partir deste momento, uma trajetória de cunho crítico, procurando analisar as bases teóricas da transferência categorial de vocábulos ou expressões, aqui conhecida pelo nome de translação. Nossa atitude crítica não procura absolutamente invalidar seu emprego em sala de aula, e sim apresentar suas limitações mais importantes – sempre tendo em mente que uma construção teórica evidencia melhor seus contornos se nós a enxergarmos não apenas "de dentro" mas também "de fora" de sua perspectiva epistemológica.

Inicialmente, o distribucionalismo americano é que vai tentar situar num quadro teórico consistente a morfologia e a sintaxe, ao se preocupar tão somente com delimitar "unidades" e classificá-las de acordo com sua distribuição. Como facilmente se nota, a preocupação em avaliar a equivalência de emprego de unidades ou conjuntos de unidades é a mola-mestra do conceito de translação, enriquecido, é claro, de justificativas funcionais. Porém o distribucionalismo evitava a todo custo realizar sua análise em constituintes imediatos com base em pressupostos semânticos, e assim via-se diante de becos sem saída, pois era praticamente impossível tomar qualquer decisão visando a agrupar constituinte em classes de equivalência sem apelar para a significação. Por outro lado, os funcionalistas, que não se recusavam a lançar mão dos conceitos tradicionais relativos às classes gramaticais, encontravam-se diante de sérias dificuldades para aplicar a funções o método comutativo. Diante deste quadro, a gramática dependencial de Tesnière situa-se numa posição isolada e privilegiada, levando em conta que antecipa várias conquistas da gramática gerativo-transformacional, como as transformações (mesmo que vistas um tanto ingenuamente, ainda) e os indicadores sintagmáticos. Isto nos leva, portanto, a acompanhar agora o repensar da translação em termos de uma ótica chomskiana.

Segundo Newmeyer (1980), os primeiros trabalhos em gramática gerativo-transformacional incluíam regras de estrutura frasal que introduziam categorias lexicais e as subcategorizavam. Bem cedo foi constatada a inadequação das regras de reescritura

para o léxico, já que as subcategorias revelavam problemas de classificação cruzada. Chomsky optou por associar às classes gramaticais um número limitado de traços sintático-semânticos, separando o léxico das regras de expansão da base e evitando assim transferir para regras de reescritura idiosincrasias gramaticais dos itens lexicais.

Os primeiros autores que tentaram elaborar uma teoria semântica compatível com a Gramática Gerativo Transformacional, Katz e Fodor, postularam um mecanismo envolvendo, numa primeira etapa, a inserção de itens lexicais do dicionário para o marcador de estrutura frasal, dada a compatibilidade entre os marcadores gramaticais da entrada lexical e as categorias do marcador frasal, e, numa segunda etapa, a aplicação de regras de projeção que atuavam de baixo para cima, amalgamando progressivamente as leituras de nós adjacentes. O problema principal deste mecanismo era a perda de informação semântica da varredura interpretativa em relação à contida no marcador de estrutura frasal com suas especificações. Katz e Fodor enunciaram a hipótese que leva seus nomes, segundo a qual toda a informação semântica estaria contida nas estruturas da base e as transformações não afetariam a interpretação semântica. Como se sabe, uma ampla série de contra-exemplos mostrou a insustentabilidade desta hipótese. De qualquer forma, o modelo de Apects privilegia a teoria de Kertz e Postal, restringindo o componente interpretativo à estrutura profunda. Posteriormente, Jackendoff (1972) elabora uma alternativa ainda dentro da linha lexicalista chomskiana, admitindo um componente interpretativo distribuído entre diversos níveis desde a estrutura profunda à superficial inclusive.

Com relação ao parentesco morfo-semântico entre itens lexicais de diferentes categorias gramaticais, inicialmente Chomsky os toma como ligados por processos "quase-produtivos". Mais tarde, ao combater a dissidência semanticista, que postulava estruturas profundas mais abstratas e distantes da superfície para explicar determinados processos, entre os quais a *nominalização*, o autor procura atribuir ao par categorial nome/verbo, entradas marcadas contextualmente mas não categorialmente, algo como uma entrada lexical categorialmente "*neutra*". O traço categorial determinaria as possibilidades de inserção da entrada em estruturas sintáticas específicas e regras morfológicas forneceriam as formas fonológicas relacionadas a determinadas categorias (Basilio, 1979). Seguindo uma breve resenha desta autora, Jackendoff posteriormente retoma a discussão e sugere que a hipótese lexicalista pode se sustentar com a introdução de regras de redundância lexical, que relacionariam termos do léxico projetando matricialmente suas características morfológicas e semânticas. Como os



elementos confrontados são necessariamente entradas plenas, as regras de redundância não dão conta do fato de algumas afixações provirem de bases que não ocorrem como formas livres na língua. Para dar conta de tais casos, Aronoff postula regras de truncamento, cuja função seria suprimir alguns afixos pré-lexicalmente para a entrada de outros. Este mecanismo logo se revelou não apenas demasiado poderoso como também vulnerável a diversos contra-exemplos.

Basílio defende a separação entre regras de formação de palavras, produtivamente consideradas (RFP) e regras de análise estrutural (RAE). A autora afirma que há uma assimetria entre a passagem de uma série de regras para outra. Assim, toda RFP apresenta uma RAE correspondente, mas o inverso nem sempre é verdadeiro. Com efeito, pode haver RAEs opacas, isto é, que, diante de condições lexicais específicas, não permitam o reconhecimento, ou melhor, a discriminação da base e do sufixo. Como exemplo, teríamos: escoriação, aversão. Em outros casos, temos condições de isolabilidade claras, porém a RAE em questão permanece improdutiva, caso do sufixo *-idão*, como em: gratidão, vastidão. Finalmente, ocorrem sufixos que operam produtivamente (em RFPs), mas suas bases não são formas livres na língua. Ilustrando: economia/econômico, afasia/afásico etc. Vale mencionar que em tais operações os falantes associam aos termos envolvidos traços categoriais, fazendo corresponder a, digamos, acrobata/acrobático/acrobacia os traços Nome Agentivo/Adjetivo/Nome Abstrato.

Mas a constatação empírica de Basílio mais problemática para a teoria da translação sem dúvida é a impossibilidade de se assinalar para o par categorial nome/verbo uma relação constante de precedência derivacional. Ou seja, se é verdade que, em certos casos, um processo deve considerar-se deverbal (o verbo como base), em outros, nomeadamente a alegada *derivação regressiva*, a única explicação consistente assinala o nome como base (tratando-se, portanto, de uma transferência categorial denominal). A translação, dentro da ótica dependencialista de Caroline, opera com agregação de morfemas (formas dependentes), admitindo também a possibilidade de morfemas zero, mas não admite uma translação com subtração de morfemas (seria algo tão estranho como uma *"translação às avessas"*).

Outro fator agravante surge se postularmos que os verbos de ligação formam parte dos translativos. É possível formar sentenças do português em que a estrutura sintática em si não permite decidir pelo estatuto translativo ou não do verbo de ligação, questão que compete apenas ao componente interpretativo resolver. Assim, na sentença *Ele anda*

*cauteloso* nada na sentença nos diz se *cauteloso* sofreu translação ou não (de adjetivo a advérbios). Se o verbo for interpretado como *de ligação*, *cauteloso* será predicativo e não tem seu estatuto alterado. Mas se o verbo for interpretado no sentido de "*locomover-se*", o último elemento da frase equivalerá a "*cautelosamente*" e o componente interpretativo estará se decidindo em favor da translação adjetivo – advérbio. Isto significa, portanto, que no bojo de uma gramática frasal, como a dependencial se apresenta, teríamos necessidade de critérios contextuais para a atribuição da translação ou critérios transcontextuais para a atribuição da translação (ou critérios transfrasais).

E prosseguimos. Nos casos de transferência categorial normalmente constituída entre nome e verbo (nomeadamente uma derivação deverbal) não raro o ambiente semântico da sentença força ou uma leitura estritamente nominal ou estritamente verbal do conteúdo do sintagma-produto. Observe-se este caso:

- a. João almoçou.
- b. O almoço de João foi às onze horas (sentido verbal).
- c. O almoço de João foi churrasco (sentido nominal).

Esta constatação leva a concluir que a característica da translação segundo a qual uma unidade assume os traços da classe-produto, somente pode valer para os traços sintáticos. Os semânticos dependerão do ambiente frásico (e, como visto acima, transfrásico) da construção considerada.

As considerações precedentes não pretendem esgotar nem fechar a discussão. Quisemos convidar o leitor a refletir sobre um entre vários conceitos que representam uma faca de dois gumes pedagógica: escolher entre a pretensa "*invulnerabilidade*" de uma teoria (será que uma teoria assim existe?) e sua fecundidade no ensino de línguas. Segundo Roulet (1972), há diversos defeitos apresentados não só pela metodologia tradicional do ensino de línguas, mas também pela estruturalista e até por "pacotes" gerativo-transformacionalistas. Não tiramos, portanto, o mérito da teoria da translação, síntese estruturalista-funcionalista, enquanto recurso didaticamente fecundo, não obstante certas questões fiquem sem solução. Parece-nos que esta situação algo contraditória reflete a força e a fraqueza de uma teoria lingüística como a dependencial. De um lado, conforme Borba (1979) assinala, a Gramática Dependencial atém-se demasiado aos fatos de uma ou outra língua em particular, descuidando de generalizar

de forma válida; de outro, no entanto, justamente em virtude desta abordagem particularizante, aproxima-se dos sistemas já consagrados pelas gramáticas tradicionais, evitando um choque muito grande com os conteúdos anteriormente ministrados ao aluno em níveis elementares da escolarização. E se o objetivo é evitar teorias profundas, acuradas e mirabolantes que dificilmente permitem um trabalho profícuo em sala de aula, a Gramática Dependencial, com sua teoria da translação, pode prestar, ao menos em nível médio, valiosos serviços.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASILIO, M. *Estruturas Lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1979.  
BORBA, F.S. *Teoria Sintática*. T.A. Queiroz, EDUSP, 1979.  
CARONE, F. *Morfossintaxe*. São Paulo: Atica, 1988.  
DUCROT, O. e TODOROV, T. *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa: Dom Quixote, 1982.  
JACKENDOFF, R.S. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. MIT Press, 1972.  
NEWMAYER, F.J. *Linguistic Theory in America*. Nova York: Academic Press, 1980.